



## Memória como “*bem simbólico*”: discursos, competências e legitimação.

Elias Medeiros Vieira \*

André Luis Corrêa da Silva \*\*

**Resumo:** A memória (coletiva) tem assumido cada vez mais um papel destacado não apenas no meio acadêmico, mas também na discussão cotidiana. Essa crescente importância se traduziu numa quase centralidade num debate que se situa, ao menos discursivamente, no resgate da memória, no direito à memória. Sem deixar de considerar essa dimensão macro-sociológica e relevante para a compreensão das dinâmicas sociais, pretende-se nesse trabalho circunscrevê-lo a um processo bem menos aparente, mas de conseqüências relevantes, tanto no que concerne a mudanças societais, quanto na gestão do bem cultural. A memória, nessa abordagem deixa de ser vista na sua dimensão moral e passa a ser entendida como um bem simbólico que está “em jogo”. A partir dessa consideração, o presente artigo pretende: 1) analisar a disputa no campo discursivo na qual o bem cultural, entendido como produtor de identidade coletiva passa a ser construído como bem coletivo universal; 2) identificar a constituição de um conjunto heterogêneo de indivíduos que reivindica a competência no trato da memória (coletiva); 3) relacionar a reivindicação de competência com a busca por legitimação profissional; 4) entender esses elementos a partir da noção de *campo*, tal qual, exposto em Bourdieu.

**Palavras-Chaves:** Bem Simbólico. Competências. Legitimação.

**Abstract:** The memory (collective) has assumed each time plus a paper detached not only in the half academic, but also in the daily quarrel. This increasing importance if translated a central importance in a debate almost that if points out, the least in the discourse analysis, in the rescue of the memory, the right to the memory. Without leaving to consider this macro-sociological and excellent dimension for the understanding of the social dynamic, it is intended in this work to circumscribe it a process well less apparent, but of excellent consequences, as much with respect to changes in the society, how much in the management of the cultural value. The memory, in this boarding leaves of being seen in its moral dimension and passes to be understood as a symbolic value that is “in game”. From this

\* Doutorando em Ciência Política pela UFRGS.

\*\* Doutorando em Ciência Política pela UFRGS



consideration, the present article intends: 1) to analyze the dispute in the field of the discourse in which the cultural value, understood as producing of collective identity passes to be constructed as well collective universal; 2) to identify the constitution of a heterogeneous set of individuals that the ability in the treatment of the memory demands (collective); 3) to relate the claim of ability with the search for professional legitimation; 4) to understand these elements from the field notion, such which, displayed in Bourdieu.

**Keywords:** Value Symbolic. Abilities. Legitimation.

## **Introdução**

Com o advento da redemocratização e a construção de esferas de competências para as instituições dentro do formato assumido pela Carta Magna de 1988, duas dinâmicas paralelas, mas que se retro-alimentam passaram a se dar: por um lado, as tensões referentes às tarefas de cada instituição, seus limites e possibilidades na relação com as demais e, por outro lado, tensões oriundas de deslocamentos em parte derivados dessa necessidade de afirmação da instituição<sup>1</sup> e, em parte derivado de afirmação da própria ordem organizativa, isto é, de suas dinâmicas de poder interno.

O acesso ao material produzido e tornado público por essas instituições, o debate teórico e o uso de analogias servirá para aproximar o debate de algumas questões teóricas que serão discutidas ao longo desse artigo.

Obviamente que o formato institucional e a esfera de competência dessas instituições assumem desde logo o foco das atenções, pois, ainda que o sistema político brasileiro tenha como característica uma forte concentração de poderes no executivo, isso não dispensa as demais instituições de dar respostas aos problemas do país. Para ser mais ilustrativo, se exige soluções para o problema da violência no país do executivo, mas também do parlamento e da justiça (entendida de forma ampla), se exige soluções para os problemas relativos ao trabalho infantil, a degradação das condições de trabalho, entre tantas outras problemáticas não de uma ou de outra, mas do conjunto de instituições de cuja competência se espera a solução. Esse debate se insere em uma discussão bem mais ampla que se relaciona com a “juventude” da democracia brasileira, as novidades da Constituição Cidadã de 1988 e os problemas decorrentes das ainda existentes inadequações do modelo institucional adotado pelo país.

---

<sup>1</sup> Recentemente o COREN está dando os primeiros passos na formação do Memorial da Enfermagem Gaúcha, inclusive incitando aqueles que possuem documentação a doá-la para a instituição.



Duas visões predominam: uma linha reformista, que defende revisar as incongruências do modelo, e outra que entende que a despeito de seus problemas e limites existe certa operacionalidade. O certo é que falas como o “Supremo está legislando”, “o Parlamento delegando funções ao executivo” ou que o “Executivo governa por meio de Medidas Provisórias” seguirão ditando o tom do debate público.

O fato é que as instituições assumiram posição destacada independentemente dos conflitos decorrentes da confusão entre suas fronteiras de competências. A apresentação do Memorial de uma dessas instituições é elucidativa para servir de ponto de partida para a análise, pois, ao mesmo tempo, estabelece o diálogo temporal passado e presente como legitimante, e apresenta a memória de suas práticas como relevantes para a memória coletiva social.

O Ministério Público é uma instituição presente no Brasil desde o século XIX. Muitas são as notícias de promotores atuando no Rio Grande do Sul já naquele período. Encontramos, por exemplo, à época da Revolução Farroupilha, a atuação de promotores no Processo dos Farrapos, na persecução criminal por parte do império brasileiro contra os revoltosos farroupilhas. Atualmente, as atribuições do Ministério Público são amplas: a defesa do meio ambiente, dos direitos do consumidor, a defesa da criança e do adolescente, o combate à improbidade administrativa, dentre outras. Tendo como objetivo inicial preservar essa memória institucional, foi criado no ano de 2000 o Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul.<sup>2</sup>

O outro aspecto, bem menos visível, até porque diz respeito a particularidades dessas instituições, que é bem verdade, aspiram a universalidade, refere-se a dilemas organizativos, dentre os quais, aquele que com mais ênfase será tratado nesse artigo, a produção de bens coletivos de identidade *vis à vis* a consagração de grupos dirigentes e, sobretudo, a formação de competências no tratamento desse tipo de bem.<sup>3</sup> A hipótese central aqui é a de que nesse tipo de instituição a produção coletiva de identidade busca, no contexto já mencionado de falta de fronteiras claras entre as instituições, constituir-se a partir de uma estratégia de reconhecimento público. Esse resultado, entretanto, só é possível através de um intrincado arranjo que estabelece duas dimensões temporais, a primeira do presente onde o “artefato” é

<sup>2</sup> Extraído do Site do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Acessado em 15 de novembro de 2008.

<sup>3</sup> Essas instituições ofertam um tipo de bem social coletivo que possui uma tri-dimensionalidade, de um lado servem como bem produtor de identidade coletiva para os integrantes dessa instituição, por outro lado, estes mesmos bens são apropriados pela sociedade, enquanto conquistas democráticas do estado de direito, e por fim, tornam-se bens apropriáveis enquanto depósito de memória histórica.



um bem social, isto é, uma ação trabalhista, um processo jurídico em qualquer área, um voto parlamentar, um veto, etc. A validade desse construto existe nesse tempo como um bem disponível e aparece como a própria expressão do social. Porém, ele também existe fora de seu tempo, já que encontra-se “encharcado” de social, ele pode ser acessado a qualquer momento para expressar-lhe sua validade. Isto é, o produto ofertado por esse tipo de instituição segue existindo para além do tempo de sua efetividade, pois o social que o acompanha substantivamente o transcende. E este é um mecanismo natural? Sim e não. Ao respondermos que *sim* levamos em conta o fato de que ao olharmos para trás vemos processos idênticos no foro romano, nos anais da história romana, nos códigos da distante Mesopotâmia ou mais recentemente nos autos de processos da Inquisição. Vemos o produto social de determinada instituição aspirando à universalidade da vida social. Num outro sentido, ao respondermos *não* estamos chamando a atenção para o fato de que a produção de bens sociais só é possível em sociedade e mediante a construção intelectual desses bens. Só é possível entender o julgamento do Moleiro Mennóchio em *O Queijo e os Vermes*, de Ginzburg, como produto de uma realidade social para além de uma tragédia individual se atentarmos para o papel do Santo Ofício no final da Idade Média, para sua justificação, o discurso dominante na época, as competências e legitimidades que o acompanhavam. Sintetizando, é preciso descortinar os elementos que possibilitam que uma realidade social se transfigure em natural, tornando os produtores desse tipo de bem simbólico aspirantes a universalidade da vida social.

Sem dúvida o grande veículo propulsor da atemporalidade desse tipo de bem simbólico é a História. Não se pretende aqui fazer uma História dos bens simbólicos, senão identificá-la como ferramenta de reconhecimento desse tipo de bem. É ela que proporciona ir do particular ao geral, do específico ao universal. Através da narrativa histórica é possível fazer a conexão entre o processo judicial de um escravocrata contra um escravo negro fugido da Porto Alegre oitocentista para a região do Prata e a realidade de todos os escravos negros daquela época. E, se acharmos pouco, ainda podemos relacionar com a realidade de todos os negros no presente. Vemos um processo da Justiça de duzentos anos atrás produzindo valor histórico para inferências sobre o presente. Se quisermos outro exemplo, um levantamento de terras do século XVII, onde conste a presença de populações indígenas, servindo de subsídio (valioso) para processos no século XXI. Observe-se como a intercomunicação no tempo produz



simetrias e assimetrias. A história é, para nossa investigação, desde já apontada como um importante veículo na produção de bens simbólicos para os atores dessas instituições.

Dito que a História é este veículo privilegiado que possibilita essa “correção monetária” nos capitais, e que o “bem simbólico” encontra-se de tal forma estruturado que lhe é possível atribuir valor tanto no interior da instituição, quanto exteriormente reconvertendo-o segundo o interesse daqueles que o disputam/detêm, falta estabelecer a dimensão fundamental que relaciona as pessoas e as instituições, isto é, o *tempo* no qual é possível recortá-las e acessá-las. Resta saber quem são aqueles que o dirigem.

Mais uma vez se recorre a uma passagem de apresentação do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul para problematizar um questionamento levantado, possibilitando discutir a relação produção de bens simbólicos e História (disciplina) e a interlocução entre esses dois campos a partir de um corte cronológico marcado pela Constituinte de 1988.

Muitas vezes, a perspectiva do historiador, ao menos dos que se dedicam ao estudo da história política, concentra-se excessivamente na atuação do Poder Executivo. No entanto, diversas transformações na sociedade brasileira, principalmente nos últimos 20 anos, cujas mudanças se fizeram sentir na Constituição de 1988, alteraram significativamente esse panorama. Os demais poderes e instituições do Estado assumiram um novo papel no processo político e na determinação dos rumos escolhidos pela Nação. Como corolário disso, aumentou o interesse dos pesquisadores em relação a esses novos corpos documentais, gerando novas abordagens e novas perspectivas de pesquisas.<sup>4</sup>

São os horizontes desse debate que serão desenrolados a seguir, seus desdobramentos teóricos e apontamentos empíricos. Ressalve-se que no presente artigo não se pretende de forma alguma esgotar o tema, antes pelo contrário, pretende-se unicamente problematizá-lo como sugestão para futuros trabalhos empíricos que possibilitem testar algumas das hipóteses aqui levantadas.

### **Identidade, Bem Social e Discurso: Fixando um Significado**

A passagem do particular (instituição) para o universal (social) só é possível pela construção de um discurso legitimador. Esse discurso articula momentos: um primeiro,

<sup>4</sup> Extraído do Site do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Acessado em 15 de novembro de 2008.



institucional, conectado a formação de uma identidade coletiva para os membros da instituição e um segundo momento, onde esta identidade e suas práticas acessa e se interliga a um discurso social já consolidado (hegemônico).

Primeiramente, dá-se a necessidade de conceituar o que se entende por discurso, isto é:

[...] 1. a não existência de uma totalidade anterior à prática significativa; 2. a natureza contingente de todos os sentidos em decorrência disto. O discurso, resultado da prática articulatória, trabalha sempre na direção de fixar sentidos. Seu êxito, entretanto, é sempre parcial, pois, se assim não fosse, teríamos uma verdade, isto é, a fixação total a ser revelada, e, quando isto acontecesse, estaríamos frente ao fim da história (JARDIM PINTO, 1999, p. 81).

O discurso é sempre marcado pela provisoriidade, pela precariedade de seus elementos constitutivos, jamais consegue atingir a totalidade. É antes de qualquer coisa marcado pela constante tensão de ser um campo de disputas pelos vários sentidos, significados que disputam uma hegemonia dentro de uma contingência estruturada.<sup>5</sup> Evidentemente, o fenômeno ora analisado coloca-se como um complicador já que não se trata de eventos naturais, ao contrário, se está discutindo questões políticas, éticas ou morais que exigem atenção para o poder expresso em cada signo, em cada palavra considerando-se suas condições de emergência. Como salienta Jardim Pinto (1999): “Nesse terreno, os discursos lutam por estabelecer verdades, por excluir do campo de significação outros significados” (1999, p. 76). Esses pressupostos teóricos que são a base dos trabalhos de Laclau (1994) e fornecem um valioso substrato para se pensar a constituição da disputa pelo discurso dentro do campo da produção de bens sociais das instituições. Apesar dos dois autores estarem pensando a questão da democracia e da ruptura com as perspectivas emancipatórias oriundas do modelo marxista, eles permitem indagar questões de monta sobre a produção e reprodução de valores.

No sentido do proposto até o presente momento a identidade coletiva desses sujeitos é em grande medida tributária dos bens produzidos. Sua relação profissional, pois, trata-se de profissionais (públicos) dessas instituições e é transpassada pela produção de bens coletivos altamente valorizados e que em última instância, serve para tensionar a natureza profissional desses sujeitos instrumentalizando-os como atores munidos de valores distintos. Em última

---

<sup>5</sup> Na impossibilidade de haver uma totalidade toda e qualquer totalidade estruturada é sempre contingencial, logo, não é outra coisa senão uma contingência estruturada (JARDIM PINTO, 1999, p. 81).



análise, uma burocracia portadora de rosto e sentido, longe dos velhos atributos discutidos pela sociologia clássica.<sup>6</sup>

Não somente os atores estão sofrendo alterações nas suas formas de auto-justificarem-se, mas as próprias instituições são sensíveis a essas mudanças. O conteúdo hermético do passado passa a ser publicizado, numa diferente estratégia de legitimação. Os processos que após a abolição foram incinerados por razões de Estado, os processos criminais, eleitorais, etc., deixam de ser uma receita cifrada de linguagem médica, tais como a escrita dos escribas do Egito Antigo, servindo ao fim e ao cabo como a constituição de um imenso capital a disposição de um grupo social. Capital esse só realizável através de sua privatização completa e da hermeticidade de seu valor. A fim de uma alegoria mais extrema lembremos do estudo etnográfico de Malinowsky ao demonstrar o Kula como um sistema total, naquele caso, mais do que na sociedade capitalista contemporânea, o valor dos bens cambiáveis residia no próprio valor das pessoas que as possuíam. Dominar hermeticamente um bem simbólico, é num sentido geral, no mínimo estabelecer como único peso de referência a própria posição do sujeito na produção desse bem.

Na medida que esse bem passa a configurar-se dentro de um cenário público, torna-se necessário estabelecer um outro valor para ele. Sua publicização subtrai dos atores que o produzem, e que anteriormente, confundiam-se com ele o poder de estabelecer seu valor na relação com o próprio bem. Torna-se uma relação muito mais intrincada, passando da justificação hermética da posição social na produção de bens simbólicos para uma posição de legitimação frente a um modelo altruístico de engajamento e militância. O bem simbólico produzido passa a ser acessado para configurar uma relação que contrabalança a proletarianização da tarefa do burocrata de instituição.

Ao retornarmos a discussão teórica sobre a força e pertinência do discurso nessa mudança, é forçoso reconhecer que o que há é uma intensa disputa no campo discursivo dessas práticas. Seguindo a linha de raciocínio estabelecida, se reconhece uma cadeia de significados estruturada contingencialmente, já que nenhum dos seus significados pode de fato ser cristalizado. Essa cadeia de significados está repleta de momentos incorporados ao longo da história, por exemplo, os valores oriundos da Revolução Francesa, tais como, liberdade, igualdade, fraternidade, suas noções de justiça ou ainda o Direito Romano e suas noções de propriedade. Para não ser necessário esse exercício exaustivo de digressão fiquemos com o

---

<sup>6</sup> Uma burocracia distinta discursivamente do modelo de burocrata weberiano.



período pós-Constituição de 1988, onde uma série de reconhecimentos, oriundos, por um lado, da intensa mobilização do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, e por outro, da participação popular frente aos debates parlamentares ao longo do processo constituinte.<sup>7</sup> Ali, foram incorporados diversos valores à cadeia de significados dos discursos que seriam dali por diante matrizes para as instituições, não somente valores democráticos, mas de princípios para a justiça, para a sociedade. Ressalte-se que esses elementos estão longe de reconhecer um viés normativo para esses processos, pretende-se tão somente objetivar alguns valores incorporados a produção de bens coletivos. Não é preciso estabelecer, para ser didático, grandes comparações com o período imediatamente anterior, onde a interlocução entre sociedade e Estado, entre a noção subjetiva de direito ficava bloqueada pela ausência do estado de direito e das instituições que o caracterizam.

Em cada instituição ou mesmo no conjunto das instituições do Estado repousa essa tendência justificadora, essa tendência para a disputa dentro dos marcos da cadeia de significados. Essa tendência é expressa pela busca de hegemonia dentro do *campo*. A “hegemonia apontará para uma ausência de totalidade e para uma diversidade de tentativas de recomposição e rearticulação que, em superando esta ausência original, faz possível o significado para as lutas [...]” (JARDIM PINTO, 1999, p. 88). Busca esta sempre incompleta, dada a impossibilidade de fixar um significado<sup>8</sup> ou mesmo de hegemonizá-lo.

### **Militantes e Empresários dos Bens Coletivos**

É possível pensar num outro tipo de militante, cuja participação se estenda para além da atividade profissional corriqueira, engajado na construção de atributos valorativos para a instituição ao qual pertence? Qual seria o horizonte idealístico desse militante? Quanto a isso seguramente as numerosas entrevistas realizadas, catalogadas e disponíveis nos dariam uma fabulosa compreensão, entretanto, como já se postulou anteriormente, esse é um trabalho exploratório bem mais preocupado em fazer apontamentos teóricos, e em virtude disso, resoluto nas escolhas feitas. Com isso pretende-se passar ao lado desse tipo de narrativa e avançar em direção a objetivação do discurso, isto é, ir além da fala nativa e entender esse novo tipo de militância exercida em nome do bem coletivo, da defesa da história institucional

<sup>7</sup> O número de emendas a Constituição por entidades da sociedade civil comprova essa intensa mobilização em torno de eixos-chave na Constituição.

<sup>8</sup> A fixação final do significado representaria o fim da História.



como significativa para as práticas sociais no qual encontra-se inserido, ou seja, sua explicação não encontra-se fora de suas condições objetivas de emergência.

O ator social imerso nas práticas de construção de um capital simbólico, edificado a partir da sobrevalorização dos produtos do judiciário ou de qualquer outra instituição de Estado, pode ser considerado um ator engajado e militante (politicamente)?<sup>9</sup> Seguramente que sim. No entanto, isso não deve nos levar a concepções tradicionais de compreensão do fenômeno militância, devemos ter em conta que ao longo das últimas décadas houve uma mudança na forma como a participação política<sup>10</sup> foi abordada, correspondendo evidentemente às demandas das próprias conjunturas sobre o pensamento político. A resultante são dois vetores que até pouco polarizavam as discussões, de um lado o behaviorismo, como matriz da Ciência Política Norte-Americana, ao qual Memmi (1985) opõe o argumento de que a noção de comportamento racional dos indivíduos na política não permite explicar o funcionamento de instituições similares em países distintos (1985, p. 323). A consequente resposta para questões como essa, levou ao incremento dado as explicações que levam para o corpo da explicação a variável cultural. Neste caso, a participação passa a ser entendido como fenômeno cultural. Memmi (1985) ainda postula que se opõe igualmente ao modo tradicional de analisar a participação suscitada pela elite política (1985, p. 324).

Ao afirmar a normatividade do conceito de participação política não podemos deixar de observar que ele está implicitamente colado ao de democracia e, portanto, sua definição observa a evolução desse último conceito. Uma análise cultural da participação não poderia deixar de levar em conta esse fato e, mais ainda, o da própria evolução histórica do conceito de democracia (dimensão subjetiva) e sua explicitação no concreto (dimensão objetiva), caso contrário, não se conseguiria ir além de uma filosofia das práticas políticas.

Outro fato que precisa ser destacado ao tratar-se desse tema é a questão da concentração da participação em proveito de alguns poucos, ou ainda, da política como atividade restritiva onde poucos participam. Uma contribuição para a compreensão disso aparece na idéia de pirâmide acumulativa e nas hipóteses de acúmulo, especialização e divisão do trabalho político. Não apenas poucos participam como também poucos participam de muitas dimensões – simultaneamente – da política. Esse nó górdio carece ser desatado, fato só possível ao

---

<sup>9</sup> Não é possível desconhecer que se por um lado o produto simbólico dessas práticas sociais se traduz em História, o faz através do canal do discurso político.

<sup>10</sup> A experiência de militância desses atores institucionais pode ser entendida como uma participação política, embora diferente do tipo de militância político-partidária ou sindicalista. A semelhança encontra-se na tentativa de fixar discursos tendentes ao universalismo das proposições e a defesa de um *status quo* democrático.



eliminarmos as explicações voluntaristas que mais obscurecem do que esclarecem o objeto de análise. No entender de Memmi (1985) há uma lógica própria nessa relação que se traduz pela consciência das vantagens reais que esse engajamento comporta para os diferentes grupos sociais (1985, p. 334). Numa compreensão próxima a de Bourdieu, a autora percebe que o engajamento político reflete não o discurso assumido pela tradição democrática ocidental, e que funciona como *illusio*, mas sim a posição social dos que participam. Engajamento nessa situação passa a ser pertencimento de classe e consciência que o indivíduo possui dela.

Se pudéssemos sintetizar em que consiste a atividade política, a definiríamos como uma produção e reprodução do discurso (MEMMI, 1985, p. 339), logo ela é mais do que mediatizada pela educação, ela está intrinsecamente ligada ao conteúdo desta. A própria capacidade de legitimar depende dessa relação. Como sustenta Memmi (1985) “[...] toda prática política é de caráter eminentemente intelectual, ela se resume na manipulação de palavras e conceitos” (1985, p. 338, tradução do autor). A idéia expressa aqui de educação remete para muito além da educação formal, remete para uma espécie de enquadramento dos indivíduos num determinado discurso, sua capacitação para manusear os signos, os símbolos e os significados presentes nesse discurso. Para isso não é necessário, tão somente, uma educação no sentido escolar do termo, mas sim uma educação no formato necessário para acionar determinada formação discursiva. Mais uma vez remete-se para a competência como legitimação.

A premissa básica, mais uma vez, é a de que o controle sobre palavras e signos da cadeia discursiva que atribui valor ao bem simbólico (produção do judiciário ou outra instituição) está sob controle de um grupo de atores sociais dotados de determinadas características. Trabalhos empíricos devem servir para mostrar qual o papel que estes ocupam na instituição, quais os móveis para suas ações. Evidentemente não se trata de um grupo nem homogêneo, nem tão pouco hegemônico. Sua posição na estrutura determina não só o grau como a forma da participação. É interessante notar, a título de indicação, a forma de justificar essa competência (ressignificar produtos de determinada instituição, no caso o judiciário dando-lhes atributos universais, utilizando-se do condutor História), não são poucos os casos dos membros dos Memoriais que ou cursaram ou estão cursando graduações ou cursos de pós-graduação em história, ciências sociais ou áreas afins. Pode-se responder a isso argumentando ser natural que esse tipo de competência prevaleça nessa área. Isso, entretanto, não é a explicação, é o que precisa ser explicado. Sem pretender esgotar o tema,



algumas possibilidades podem ser apontadas: 1) historiadores e cientistas sociais possuem uma estratégia de ampliação do mercado de trabalho; 2) atores do judiciário, assim como de outras instituições, possuem estratégias de legitimação de competências e para isso direcionam-se para essas áreas do conhecimento; ou ainda 3) um processo reforça o outro resultando numa intrincada relação de forças. Seja como for, somente trabalhos empíricos poderiam mensurar o impacto na organização desse tipo de bem simbólico e dos rearranjos que surgem a partir de sua produção.

Partindo do pressuposto já anunciado de que a participação política é atributo de uma determinada posição social é necessário precisar a forma como isso é compreendido. Aqui não se estabelece uma conexão com a visão marxista de classes sociais, ao menos no que concerne a sua face política, e sim uma concepção onde as posições dominantes do campo político não necessariamente situam-se na esfera econômica. As posições socialmente dominantes devem ser entendidas como expressão do campo em que se inserem, para se utilizar, ainda que com reservas, a base teórica de Bourdieu. Da mesma forma a posse do capital cultural pode ser visto como a posse de determinados bens simbólicos que tem valor dentro desse campo e que garantem aos seus portadores a possibilidade de acessar o repertório de símbolos e sinais da formação discursiva sobre a qual se ligarão os militantes ou no caso a sociedade inteira como “consumidora” desses bens.

Como foi explanado até o presente momento, a participação via engajamento ou militância em uma determinada causa deve ser entendida não através das representações que são atribuídas a ela, produzidas pelo mito moderno da cidadania ativa como potencial influência sobre a elite política, mas sim entendida como fenômeno interligado a diversas outras dimensões da vida social. Diante disso, algumas considerações podem ser feitas: ao funcionar com duas lógicas operando em paralelo, essas instituições articulam duas cadeias discursivas a fim de dar conta de duas dimensões temporais, presente e passado. Teoricamente não são os mesmos atores sociais que conseguem operar nos dois tempos, a legitimação de um ator em uma dimensão pode lhe prover capital simbólico para falar a partir de um ponto da outra dimensão, embora isso não seja usual. O fato é que esses indivíduos funcionam como uma espécie de porta-vozes do interesse social coletivizado. Nessas circunstâncias a força da instituição – da capacidade de mobilização e pressão – é dirigida por indivíduos que passam a negociar segundo essa correlação de forças. Remontando a caracterização dada por Bourdieu (2000), “Quando fala o porta-voz, é o grupo



que fala através daquela palavra e daquele que a porta” (2000, p. 84, tradução do autor). Esse é o encaminhamento de uma das duas formas possíveis de ação política,<sup>11</sup> a delegação. A fim de operacionalizar isso, seria o caso de buscar identificar os indivíduos que personalizam o esforço – nas instituições – de construção desse capital simbólico.

A delegação é, segundo o próprio Bourdieu (2000), um processo segundo o qual há implicação de concentração de capital – o depositário desse capital delegado funciona como um “banqueiro simbólico”. Há algumas questões que devem ser retidas para um melhor exame do papel da representação e as transformações que opera no grupo. Primeiramente, a representação aparece como uma estratégia para dominar a anarquia das estratégias individuais e produzir uma ação orquestrada. O porta-voz é o agente autorizado pelo grupo para falar em seu nome (do grupo), a delegação permite que o grupo possa se exprimir através de um só indivíduo e é a concentração desse capital simbólico nas mãos do agente autorizado que permite conferir o máximo de força para a ação.

Analicamente, a tentativa ao menos teórica de desdobrar um fenômeno social como a produção de bens coletivos de identidade, de bens culturais universais coloca o dilema da construção de diferenciação no seio de determinadas instituições, da produção de competências específicas que justifiquem essa diferenciação. Isso nos leva a lembrarmos de Rousseau e de seu *Discurso sobre a desigualdade*, onde o autor busca compreender as origens para esse tipo de desigualdade. É Rousseau quem nos prescreve o retorno ao estado de natureza como remédio para as mazelas da vida em sociedade que perverte a essência psicológica dos indivíduos. Escrevendo sobre a diferença dos talentos, Rousseau assinala:

assim, a desigualdade natural insensivelmente se desenvolve junto com a desigualdade de combinação, e as diferenças entre os homens, desenvolvidas pelas diferenças das circunstâncias, se tornam mais sensíveis, mais permanentes em seus efeitos e, em idêntica proporção, começam a influir na sorte dos particulares (1978, p. 267).

Evidentemente não se trata de um processo mecânico, mesmo Rousseau reconhece esse processo como consentimento entre partes (dominadores e dominados). Estabelecido esse corte, cabe analisar a tensão igualdade-desigualdade estabelecida a partir da produção e da posse desse bem simbólico.

---

<sup>11</sup> A outra forma é a que repousa na agregação de estratégias e atos individuais. Neste caso os agentes são duplamente despossuídos da matriz de suas opiniões.



## “Grupos dirigentes” em Busca dos “Bens Simbólicos” Institucionais

Ao se relacionar a militância com o tipo de discurso que emerge conjuntamente com ela faz-se imperativo um retorno ao *Ensaio sobre as desigualdades*, de Rosseau. Ao sentenciar que o homem nasce livre e encontra-se algemado em todas as partes, Rosseau não faz outra coisa senão chamar a atenção para o enquadramento estrutural, uma vez que sua crítica tinha como alvo a sociedade. Sociedade, para ele, produtora de diferenciação, produtora de desigualdade. Para Rousseau só o retorno ao estado de natureza – diferente daquele idealizado por Hobbes – garantiria as condições ideais para o bem-viver, o tipo ideal seria o do bom-selvagem. Seguramente, Rosseau desconsiderara nesse arrazoado o ocaso de povos como os Astecas e a postura de indígenas como Marina (mãe simbólica do México), que facilitara a conquista da península pelos poucos espanhóis dirigidos por Hernán Cortez através da fluência dos idiomas. O papel de intérprete lhe imprimira um novo valor, a competência para transitar nos dois mundos garantiria-lhe a diferenciação necessária para estabelecer o marco inicial de um novo discurso para parte considerável do Novo Mundo, novo discurso este que está sempre se atualizando.<sup>12</sup>

Lembremos mais uma vez como um fator qualquer pode ser desencadeador de diferenciação dentro do grupo, garantindo acesso a bens até então inacessíveis. Não deixemos de lado o efeito tensionador dessa diferenciação no interior das instituições. Usemos mais uma vez uma analogia a fim de melhor problematizarmos: quem ao ver o filme *Os deuses devem estar loucos* não gargalhou dos efeitos da queda de uma garrafa de refrigerante no meio de uma população (neolítica) de bosquímanos? Tão grave foi o efeito da diferenciação no interior de uma sociedade igualitária (no regime de sobrevivência) que o resultado é uma jornada a fim de devolver a garrafa a seu local de origem como forma de restabelecer a ordem anterior.

A tarefa inicial é a de definir os marcos do que consistiria o *campo* onde se legitimariam as práticas desses atores, partindo do princípio de que se trata formalmente de um *campo* no sentido que lhe foi atribuído por Bourdieu. Esse *campo* seria um *campo* de forças sociais em constante tensionamento (dado haver uma luta permanente pelo poder dentro do *campo*). Diferentemente da idéia de classes ao estilo marxista, Bourdieu (1986) assinala as distinções das camadas avaliadas socialmente num sentido diferente. A luta de

<sup>12</sup> O debate sobre o papel dessa personagem se estende até nossos dias, traidora ou mãe da pátria (mexicana)?



classes, dessa forma, dar-se-ia através da competição pelo capital de um *campo* respectivo. Como exemplo disso se poderia citar a distinção feita pelo próprio Bourdieu acerca das diferenças entre o capital intelectual possuído pelos intelectuais e o capital econômico possuído pelos capitalistas. Para Bourdieu (1986) algumas condições são necessárias para que se possa falar na existência de um *campo*, dentre os quais salientam-se: o fato de que existam interesses específicos que sejam irredutíveis; o *campo* tem regras e leis de funcionamento e indivíduos dispostos a aceitá-las e com capacidade de compreendê-las; o *campo* se define pela quantidade do capital disponível e pelo estado da luta impresso na disputa por esse capital; os agentes desse *campo* têm um interesse em comum, o da existência do próprio *campo* (BOURDIEU, 1986). A existência de um *campo* que dê conta da produção de bens políticos num sentido amplo no Brasil repousa sobre alguns fatores que precisam ser tomados como referência para a análise do próprio *campo*, uma vez que ora ampliam e ora constroem a própria natureza da produção do tipo de bem simbólico produzido (num sentido ideal). Quanto à estrutura desse campo no Brasil pode-se dizer que ele dependeu em grande medida da relação com o regime político, o que o levou a mudanças tanto num plano quantitativo quanto qualitativo dos “produtos” produzidos dentro do *campo* e aqueles “produzidos” fora, mas apropriados. É sempre necessário lembrar que existe uma forte relação entre a valorização desses bens simbólicos e a democracia. Quanto ao reconhecimento de todos na existência do *campo* é preciso entender que, embora, o interesse pela existência do campo seja generalizado (nos integrantes do campo), os motivos para esse interesse não são os mesmos, sendo necessário atentar para essa distinção como forma de compreender o movimento, a dinâmica da luta empreendida pelo controle e pelo poder no interior do *campo*.

Como ponto de partida interessa compreender a constituição de um *habitus* incorporado aos indivíduos, pois este possibilitará entender as singularidades desses atores. O *habitus* serve como um esquema de interpretação, já que o espaço social por si só não determina necessariamente a ação dos indivíduos. Este *habitus* é construído a partir da biografia e de acordo com os campos percorridos, ou como salienta o próprio Bourdieu: “O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação – o que chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de *antecipar* o futuro do jogo inscrito, em esboço, no estado atual do jogo” (BOURDIEU, 1996, p. 42, grifos do autor). É o *habitus* que serve como orientação dentro de um sistema de preferências levando a um campo do poder



em detrimento do outro ou mesmo a determinadas atitudes dentro de um campo específico, pois em não se tratando de um esquema determinista, ele guarda relação direta com a posição que o indivíduo ocupa no interior de cada campo. No caso dos indivíduos que trabalham a fim de produzir bens coletivos de identidade e bens simbólicos universais nas instituições do judiciário e outras, seria o caso de compreender seu campo de inserção, os valores que lhes são intrínsecos e decorrente disso seu sistema de preferências. Existe uma particularidade sobre o *habitus* que é o processo de sua produção e aquisição, pois, o *habitus* não é – como salienta Bourdieu – substancialista, ele é parte da estrutura estruturante do campo. Explica-se dessa forma o fato de ser um aprendizado, o domínio de um conjunto de conhecimentos e de saberes específicos (BOURDIEU, 1989, p. 169). Essa aquisição (dos conhecimentos) reflete-se na conquista de um poder simbólico que “[...] é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança” (BOURDIEU, 1989, p. 188, grifos do autor).

Diante disso impõe-se uma consideração que diz respeito ao fato de que esse acúmulo de capital também se dá em função da possibilidade de dominar o conhecimento de um conjunto de práticas, mas também de dominar um campo semântico. E quanto a isso é importante observar que o discurso faz sentido no seu campo e nas condições objetivas em que foi produzido, ou ainda: “a competência prática é adquirida em situação, na prática: o que é adquirido é, inseparavelmente, o domínio prático da linguagem e o domínio prático das situações, que permitem produzir o discurso adequado numa situação determinada” (BOURDIEU, 1998, p. 158).

De todas as maneiras é uma relação de força, de poder, onde se busca de alguma forma reproduzir o capital que se possui, ainda que se acrescente que essa reprodução implica na criação de novos capitais com valores variados colocados num mercado de disputa. Tudo isso envolve uma relação de força simbólica entre interlocutores. Ocorre que se o *habitus* linguístico é a “[...] capacidade de utilizar as possibilidades oferecidas pela língua e de avaliar praticamente as ocasiões de utilizá-las [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 182), quais seriam os elementos distintivos do discurso adotado por esses indivíduos? Tome-se em conta que a questão da semântica associa-se ao domínio dos símbolos e também ao espaço de enunciação, afinal, não é qualquer um que pode falar qualquer coisa ou manipular os símbolos. A palavra é fundamental para a tarefa de legitimar-se, pois como assegura Lagroye



“[...] a legitimação consiste na demonstração da atitude de assegurar o triunfo dos valores [...]”. (1985, p. 400, tradução do autor). Isso não seria um problema se estivéssemos pensando unicamente em legitimação num campo específico; entretanto, a necessidade de pensar a reconversão de capitais obriga a relativizar os valores produzidos na relação com cada um dos campos. Observar a reconversão implica observar tanto as transformações nas palavras originadas no *campo* quanto aquelas carregadas para dentro dele e que servem para emprestar legitimidade para essa reconversão.

Parece imprescindível para futuros trabalhos que busquem dar conta da problemática enveredar por uma investigação centrada na análise biográfica que possibilite ver as estratégias que determinaram as escolhas dos atores, em função dos recursos que eles puderam mobilizar e do jogo de concorrência que eles estimam enfrentar. O método parte do desenvolvimento de trajetórias de carreiras convergentes, concorrentes ou paralelas a fim de esclarecer o *habitus* e suas estruturas hierárquicas ou institucionais que determinam seus recursos e opiniões.

As instituições da Justiça, em especial, o Tribunal de Justiça, tem ao lado dos Memoriais lançado mão de publicações, tais como revistas com artigos com temática voltada para as questões da justiça, num aberto diálogo com a História, inclusive com historiadores assinando alguns desses artigos. Ao lado desse tipo de publicações, se faz o resgate da história de vida de atores relevantes para o judiciário, como os desembargadores. Tanto as publicações (artigos) que pretendem ser um elemento explicativo da realidade e, que também são um valioso substrato na construção da identidade coletiva, da produção dos bens simbólicos e fazem parte da própria cadeia discursiva, quanto as biografias de vida desses personagens, são a um só tempo tentativas de explicar essa realidade (por parte desses atores) quanto elas mesmas são a própria problemática.

Essas publicações e as histórias de vida não são desprezíveis como matéria para futuras análises, especialmente, dentro dessa segunda dinâmica acima explicitada, pois, como bem salienta Bourdieu (1986), a história de vida se apresenta como um projeto coerente e orientado, repleto de sentido, ou melhor, lhe é atribuído um excesso de significação. Para Bourdieu (1986) essa preocupação em atribuir sentido é o que torna a história de vida uma espécie de apresentação oficial de si e é nesse ponto que aparece a sua utilização social, pois, antes de ser matéria-prima para o cientista social, a narrativa de vida partilha da própria dinâmica da vida social. A solução passa pela dupla ruptura descrita por Bourdieu que, por



um lado, assinala o abandono da narrativa linear e, por outro, rebate a idéia da vida como dotada de sentido. Como resultado é possível construir a noção de trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente. O importante é, portanto, ter em conta a estrutura da rede e as localizações dentro do espaço social ou, num sentido mais estrito, os diferentes estados ocupados na estrutura da distribuição de diferentes espécies de capital num dado campo (BOURDIEU, 1986, p. 71). Tal empreendimento é, entretanto, em grande medida inviável, pois necessitaria considerar a reconstrução da estrutura do campo ao longo do tempo.

Passeron (1995), a exemplo de Bourdieu, chama a atenção para o excesso de inteligibilidade expresso nas histórias de vida. A questão para o autor é entender como a sociologia pode aproveitar a ordem biográfica sem expor-se ao exagero de significado e sem deixar perceber o aspecto longitudinal dos fenômenos. Para a narrativa biográfica nada é insignificante, tudo é pertinente, logo o risco é o do desaparecimento do problema teórico. Um estudo biográfico não consiste no trato de individualidades biográficas e sim no entendimento de tratar-se de que esses agentes são como marcadores intercambiáveis de uma estrutura da mudança e que através de modelos estatísticos seja possível estabelecer uma análise longitudinal. Passeron explicita aquilo que denomina análise dos fluxos: “[...] é uma análise dos movimentos das propriedades numa população, que só em aparência diz respeito aos indivíduos que a compõem [...]” (PASSERON, 1995, p. 209). Uma advertência é feita pelo autor de que “devemos pensar que a modelagem social das biografias não é esgotada pela ação das instituições, das normas ou das representações [...]” (PASSERON, 1995, p. 209).

Essa é uma contraposição à força da narrativa que pretende no limite o conhecimento integral do indivíduo. Passeron (1995) define os dois quadros teóricos para a pesquisa empírica nas estruturas longitudinais de individuação. A advertência é de que existe previamente uma estruturação por normas, definições sociais, etc. O projeto mais recomendável seria o de procurar apreender a estruturação das biografias ao mesmo tempo, como efeito das estruturações longitudinais e como produto agregado que a ação social dos indivíduos inscreve na manutenção ou transformação dessas estruturas longitudinais.

O estudo das profissões e especificamente da dimensão política por Offerlé (1999) permite observar os usos políticos das competências profissionais, os usos sociais da função política, processos de legitimação e deslegitimação dos políticos dentro de conjunturas de



reestruturação do espaço político. O fundamental é atentar para as relações que formam as redes, pois é em virtude dela que o indivíduo define-se e define a existência da própria rede. Possivelmente a maior contribuição de Offerlé (1999) para o entendimento do problema discutido aqui é a possibilidade de avaliar a relação existente entre competências profissionais específicas em determinados cenários de inter-relação, como no caso da competência jurídica e da competência historiográfica ou sociológica.

A pesquisa biográfica recolhe elementos de informação sobre o capital social, mais particularmente das relações familiares ligadas a origem social. Através dela poder-se-ia demonstrar como as instituições e os saberes (profissionais) têm sua legitimidade apoiada sobre o capital social. Ao centrar a análise na relação entre transformações ocorridas no interior de uma organização, no caso as várias instituições do judiciário, e o engajamento e recrutamento de um grupo de indivíduos que passa a dialogar a relação entre Justiça e História, se faz um caminho bastante distinto daquele que seria simplesmente enveredar pelo estudo biográfico desses atores, pois este não permitiria ir além do discurso “nativo”. Este seria um estudo prosopográfico que somente serviria para destacar os traços ou qualidades a serem destacadas pelas próprias elites, pois estas possuem “leis” para definir o que são e, sobretudo, para dizerem o que são. No limite, seria um trabalho de auto-afirmação do discurso hegemônico do grupo.

A investigação da biografia dos atores, dos itinerários que cumpriram e de suas trajetórias abre espaço para o entendimento da interação social que eles estabelecem. Essa interação é importante, pois ela confere poder e legitimação a determinadas unidades em detrimento de outras, representam estratégias de luta pelo poder e definem as regras dentro do “jogo”. A interação entre os atores nesse campo institucional definiu não só os discursos válidos, quem possuía a autoridade para falar, mas também definia as regras de como se processaria o diálogo dos produtos do judiciário sob a leitura da História. Evidente que essas regras eram e foram na maioria das vezes contingentes e, portanto, dependeram das novas interações e de seus resultados práticos. Porque é preciso que não se esqueça que as ações da interação social se dão em virtude da oferta de novos produtos, um mercado afetando as ações dos “consumidores”. Portanto, para pesquisas que pretendam dar conta do problema faz-se necessário compreender as interações no interior do próprio campo para compreender os mecanismos que permitiram deste ponto de vista a reconversão de capitais desses indivíduos.



Estabelecer indivíduos como representativos para o conjunto de uma categoria significaria produzir um reducionismo transformando o objeto de estudo no fenômeno. De um ponto de vista teórico Bourdieu (1986) assinala com propriedade as dificuldades de tal empreendimento não só por questões metodológicas, mas por questões que se inscrevem no seu estatuto filosófico e ontológico. A reconstituição da história de vida é, no limite, a aceitação tácita de uma filosofia da história no sentido de uma sucessão de eventos, como derivado disso o que se tem é uma vida como projeto orientado, como uma intenção subjetiva e objetiva e um excesso de sentido e de significado.

Obedece-se a regra de luta pelo capital em disputa no *campo* específico, ocorre que os capitais variam na relação com o local e com o tempo. A forma como cada agente assegura o controle dos “bens” simbólicos produzidos no interior do *campo* cria condições para a ampliação de sua influência sobre esse campo. Não se trata, entretanto, de um esquema de dominação como percebido pelo(s) marxismo(s), pois existe para Bourdieu a idéia de que há um certo senso comum na construção dessa estrutura de dominação, pois os dominados em geral compartilham das regras que estabelecem a sua dominação. Todos são participantes na luta pelo poder dentro de relações de poder que não são fixas, já que ao mesmo tempo em que se encontram estruturadas elas são também estruturantes. Essas lutas entre dominantes e dominados sempre envolvem poder simbólico. E esse poder não está unicamente no poder de exercer coerção física, pode encontrar-se na própria questão do discurso reconhecido como válido. Aqui se encontra uma forma de exercício do poder simbólico, e também, porque não dizer, uma forma de violência simbólica. Quanto a isso o que é definido como o bom, verdadeiro, justo é provido de todas as adjetivações positivas constituindo-se a partir de então no discurso ortodoxo, que define o poder. Antes de prosseguir é necessário definir o que para Bourdieu seria o capital. Para ele o capital é “uma relação social, isto é, uma energia social que não existe e não produz seus efeitos a não ser dentro do campo onde ele se produz e se reproduz” (BOURDIEU, 1979, p. 127 *apud* JARDIM PINTO, 1996, p. 223). Todavia, como foi alertado inicialmente, circunscrever o conceito pode ser uma armadilha se não atentarmos para o fato apontado por Coradini (1996) de que não faz sentido o conceito de capital sem vinculá-lo adequadamente com os demais conceitos de estrutura de capital, posição social, formação de “classes”, princípios de classificação, formas de dominação, legitimação, estratégias de reprodução social, etc. (CORADINI, 1996, p. 215). Essa preocupação deve ser



redobrada se lembrarmos que o capital em disputa no campo guarda características que só podem ser apreendidas com um exame metódico.

Esses seriam alguns dos elementos para se pensar a maneira como se operou a construção da cadeia discursiva e a forma como se procura universalizar um bem simbólico, além, é claro, do processo de reconversão de capitais levada a termo por indivíduos posicionados dentro das instituições da Justiça (ou outras). É necessário levar em conta que uma construção de um modelo explicativo para compreender o surgimento desses indivíduos prescinde de todas as complicações pertinentes ao estudo das elites (políticas), com o adicional de que os capitais necessários e alocados são de outra espécie, da mesma forma que os meios de acessá-lo. Outro problema pertinente tem relação com o *campo* em análise, sua multidimensionalidade e a sua pretensa autonomia.

Os estudos em Ciência Política muitas vezes não conseguem romper com um normativismo acerca de questões como participação, militância e democracia. O resultado é que ao invés de observarem-se como as coisas de fato são opera-se no nível da superficialidade, sem que se avance em direção ao que é considerado um “campo santo”, uma espécie de zona tabu.

A discussão sobre o militantismo se justifica por tornar possível compreender o fenômeno para além das múltiplas determinações assumidas pelos atores. Pode-se facilmente discutir a natureza do tipo de relação desse profissional, de determinada instituição judicial, com a produção dos bens simbólicos, porém é fundamental reconhecer de antemão não tratar-se de uma atribuição profissional em sentido estrito. Poder-se-ia arguir tratar-se de política institucional e ainda assim o impacto sobre a estrutura organizacional não seria desprezível. Em síntese, o fenômeno seguiria carecendo de análise.

O militantismo se reveste de uma aura de abnegação tão forte que em países de tradição individualista e utilitarista era observado até algumas décadas atrás como uma patologia. E essa razão só pode se processar num contexto de compreensão cultural dos indivíduos, segundo o modelo econômico liberal por um lado e pela própria dimensão de abnegação que vem amarrada à noção de militância, por outro. Essa é a face do encantamento que funciona como *ilusão* tanto para os “de fora” quanto para os que se engajam em militar por uma causa,<sup>13</sup> pois, como sugere Gaxie, “O encantamento consiste em afastar as representações

---

<sup>13</sup> Embora haja consciência dos benefícios não coletivos oferecidos aos militantes, estes procuram de todas as formas minimizar ou ocultar essa face do engajamento. Como salienta Gaxie, a idéia de retribuições inconscientes é tão inadequada quanto a hipótese cínica de sua procura deliberada (2005, p. 172).



oficiais e em se dotar dos motivos legítimos do militantismo” (GAXIE, 2005, p. 170, tradução do autor). Não é sem razão que o espaço entre o nível das representações e as incitações concretas ao militantismo estão envoltas em uma névoa de normativismo e é uma difícil questão teórica. A investigação daquilo que fica por baixo da superfície dessa aparência é o que pode explicitar os mecanismos que operam não no nível da psique individual, cujo objeto não é de nosso interesse, mas dos elementos motrizes constitutivos da própria dinâmica do mundo social que levam os indivíduos a se engajar e militar em nome de causas e instituições. Essa relação, se identificada, permitiria avançar para além do normativismo, explicitando as estratégias utilizadas por esses indivíduos para o ascenso aos postos desejados. Não há como deixar de observar, assim como propõe Gaxie, que tal análise pela ótica dos móveis ideológicos resultaria em inúmeras dificuldades (GAXIE, 1980, p. 126).<sup>14</sup>

A apreciação de Gaxie não ignora a dimensão ideológica, que por certo ajuda a definir fronteiras de identidade, discursos e símbolos e permite graduar a mobilização dos indivíduos e transpassar toda a instituição com valores que pretendem o universal. Entretanto, ater-se única e exclusivamente sobre essa variável não permite avançar sobre a superficialidade já anunciada do tema, uma vez que o ímpeto ideológico não é mais do que uma das facetas do processo, e por razões que devem ser exploradas, são sua parte mais visível e proclamada. É necessário avançar para o entendimento do que mais se encontra em “jogo” e isso só pode ser efetivamente realizado se devidamente for “mundanizado” o universo oficial das práticas desinteressadas do militantismo. É importante ter em conta os bens não coletivos, isto é, são os bens seletivos disponíveis para cada camada de militantes.<sup>15</sup> No caso do partido político parecem importantes conquistas os postos do Estado que estão em disputa, garantir cargos para o baixo escalão, etc. Esses estímulos materiais não podem ser negligenciados na análise do militantismo.<sup>16</sup> Obviamente os estímulos não são somente de ordem material e palpável, há outros tipos de retribuições simbólicas e honoríficas que desempenham um importante

<sup>14</sup> Para uma análise nesse sentido ver Silva, 2006.

<sup>15</sup> Evidentemente que esse aspecto do aporte teórico deve ser transposto para uma realidade onde a militância não pode ser vista e analisada em seus moldes tradicionais, visto não tratar-se de um partido político ou sindicato. É o discurso militante que mais interessa nesse caso, e os bens seletivos podem não ser necessariamente cargos como nos exemplos anteriores, mas posições melhores dentro da estrutura funcional ou distinções de tipo honorífico.

<sup>16</sup> Se por um lado a causa ideológica é insatisfatória para a explicação do engajamento, por outro o investimento para os dirigentes como que movidos única e exclusivamente pela busca da remuneração não explica o engajamento “benévolo” dos militantes de base. É o conceito de bens seletivos presente na obra de Marcur Olson (1999) que permitirá avançar no sentido dessa compreensão.



papel. Não é sem razão que os momentos de crise interna nas instituições estão associados à desvalorização das posições de base. Ainda que a análise de Gaxie (1980) esteja sendo testada na relação com os partidos políticos não é difícil concebê-la para outras organizações.

Dentro dessa mesma perspectiva, que não serve de forma alguma como limite para que algumas premissas não possam ser testadas em outras organizações, Gaxie (1980) destaca algumas questões que podem contribuir para a compreensão teórica do fenômeno: 1) há uma estratégia de maximização das remunerações obtidas: para o dirigente representa a possibilidade de melhorar as chances de sua carreira, para os militantes possibilita preservar ou aumentar as gratificações oriundas de sua atividade (1980, p. 142); 2) de um ponto de vista a um só tempo normativo e prescritivo poder-se-ia argumentar que as retribuições para o militância provêm de uma falha da participação global; 3) a adesão ao grupo de militantes sugere a integração de um grupo de reconhecimento e, como consequência disso a construção de uma estrutura de inter-relações que permite a construção de um capital social que lhe é derivado; 4) os interesses objetivos estão ocultados pelos motivos ideológicos que se tornam o discurso dominante e autoexplicativo; 5) os benefícios não coletivos ofertados aparecem como mecanismo mediador dos macro fatores sociais na condução da organização política da classe trabalhadora (GAXIE, 1980, p. 147). Segundo o autor, nos partidos – eu estendo as demais organizações – os conflitos de poder aparecem como conflitos ideológicos (1980, p. 153).

A partir dos aspectos levantados acima algumas considerações podem ser tecidas: primeiro, por tratar-se de um tipo de participação distinto daquele que é exercido nas organizações de massa, alguns aspectos teóricos carecem de maior significação. Segundo, não parece possível explicar nesse caso a retribuição da militância como falha da participação global, e sim efetivamente como resultado da diferenciação na estrutura *vis à vis* a produção de bens simbólicos. Terceiro, a distinção entre dirigentes e militantes aparece nesse cenário de outra forma, isto é, mediatizada pela relação funcional no interior da instituição. Esse fator, entretanto, não afeta outro aspecto da assertiva, haja vista que existindo a remuneração, ela segue sendo distinta para os diversos grupos dentro da instituição. Seria necessário atentar para o efeito disso na carreira dos indivíduos. Um quarto aspecto pertinente depreende-se dos elementos elencados, o da formação das redes sociais. Um estudo dessa natureza serviria nesse caso para explicitar elementos que revelam uma natureza macrosocial do fenômeno. Quinto e último item, como se afirmou diversas vezes,



aqui não só a instituição não é monolítica, como tampouco o são os grupos dentro dela. O estudo dos conflitos ideológicos, das disputas que explicitam concepções distintas dos mesmos objetos, de sua apreensão ou legitimação pode tornar possível observar conflitos de poder que raras vezes se oferecem abertamente ao analista social.

### **Considerações Finais**

Com a redemocratização e a edificação de um estado de direito as instituições passaram a ganhar peso. Não só o executivo, mas também o legislativo nas suas diversas esferas, assim como o judiciário na forma das diversas competências (do Trabalho, Eleitoral, de Justiça) passaram a produzir e valorizar os bens coletivos de identidade. Esses bens não só produzem uma forte relação com o ambiente institucional como também em uma realidade democrática passa a ser um forte componente nas relações de “troca” com o conjunto da sociedade civil.

A produção dessas instituições possui um duplo sentido: servem a resolução de problemas colocados sincronicamente na realidade, mas possuem também uma dimensão não menos desprezível, esta diacrônica, que é a apropriação desses objetos através da interlocução histórica. Nesse sentido a História (disciplina) e as demais ciências sociais passam a servir de veículo para a efetivação de um bem simbólico, que se a princípio servia como bem coletivo de identidade passa também a perseguir um estatuto universal, ou seja, os fatos, personagens relevantes da instituição passam a ser importantes para o conjunto da sociedade.

Essa discussão aparece expressa no universo discursivo, onde de fato a disputa se estabelece. A cadeia discursiva que relaciona esses bens simbólicos com elementos discursivos da democracia, da cidadania, etc., serve para potencializar seu valor. O impacto disso nas instituições produz novas e vigorosas distinções no *campo* servindo para justificar um conjunto novo de competências. O militante da justiça, legislativo, ou outra instituição qualquer que utiliza-se do veículo História para acessar essa cadeia discursiva, o faz em uma dada realidade organizacional, a partir de um determinado ponto da estrutura funcional. É fundamental atentar para o impacto disso em sua biografia, na teia de relações que se entrecruzam através dessa relação e dos discursos de poder por detrás dessa militância.

Para finalizar, é preciso advertir que ficar na superficialidade do discurso, da fala oficial, da biografia pode representar ficar preso pelo discurso nativo. Seria como se, salvaguardadas as devidas proporções, víssemos na garrafa de refrigerante jogada entre os



bosquímanos do deserto sul-africano (no filme *Os deuses devem estar loucos*) o próprio fenômeno a ser explicado, sem atentarmos para o fato de que ela só pode ser explicada se observados os fatores de agregação e desagregação, de igualdade e de desigualdade impressos em cada sociedade ao longo do tempo.

### **Referências Bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, 62/63, juin/1986.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro/ Lisboa: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.

\_\_\_\_\_. **Propos sur le champ politique**. Lyon: Press Universitaires de Lyon, 2000.

CORADINI, Odaci Luiz. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. **Veritas**, n. 162, p. 207-220, jun./1996.

GAXIE, Daniel. Économie des parties et rétributions du militantisme. **Revue Française de Science Politique**, 20 (1), p. 123-154, fev./1980.

\_\_\_\_\_. Rétribution du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Swiss Political Science Review**, 11 (1), p. 157-188, 2005.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

JARDIM PINTO, Céli Regina. O poder e o político na teoria dos campos. **Veritas**, n. 162, p. 221-227, jun./1996.

\_\_\_\_\_. Democracia como significante vazio – a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. **Sociologias** - Programa de Pós-graduação em Sociologia, n. 2, p. 68-99, Porto Alegre: IFCH/UFRGS, jul.-dez./1999.

LACLAU, E. **The making of Political Identities**. London: Versos, 1994.

LACLAU & MOUFFE. **Hegemony and Socialist Strategy (Towards a radical democratic politics)**. London: Verso, 1978.

LAGROYE, J. La legitimation. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (Dir.). **Traté de Science Politique**, v. 1 (La science politique, science sociale; L'ordre politique), p. 395-467, Paris: PUF, 1985.



- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonatas do Pacífico Ocidental**. 2.ed. Trad. Anton Carr e Lúgia Mendonça. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MEMMI, D. L'Engagement politique. In: GRAWITZ, M.; LECA J. (Dir.). **Traité de Science Politique**, v. 3 (L'Action Politique), p. 310-366. Paris: PUF, 1985.
- OFFERLÉ, Michel. **Sociologie des groupes d'intérêt**. Paris: Montchrestien, 1998.
- \_\_\_\_\_. **La profession Politique; XIXe.- Xxe. Siècles**. Paris/Berlin: [s/e], 1999.
- OLSON, Marcur. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: Editora da USP, 1999.
- PASSERON, Jean-Claude. **O raciocínio Sociológico: O espaço não-popperiano do raciocínio natural**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. Biographies, flux, itineraries, trajectories. **Revue Française de Sociologie**, XXXI, 1999.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. **Os Pensadores**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SILVA, André Luis Corrêa da. **As greves do ABC paulista no final dos anos 1970 e a construção de uma ideologia das crises (1977-1980)**. Trabalho de Conclusão de Curso: UFRGS, Departamento de Sociologia, 2006.
- SITE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Disponível em <<http://www.tj.rs.gov.br/institu/memorial/rosto.php>>. Acessado em 15 de novembro de 2008.
- SITE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Disponível em <<http://www.mp.rs.gov.br/memorial>>. Acessado em 15 de novembro de 2008.
- SITE DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Disponível em <<http://www.trt7.gov.br/memorial/index.html>>. Acessado em 15 de novembro de 2008.
- FILME **Os deuses devem estar loucos**. (The gods must be crazy). Botswana/África do Sul, 108 minutos, 1980.

**Recebido em Setembro de 2011**  
**Aprovado em Outubro de 2011**